

RESENHA DE J. KIM, *PHILOSOPHY OF MIND*. COLORADO: WESTVIEW PRESS, 1996.

(Publicado em *Principia*, v.1(2), dezembro, pp. 312-25, 1997)

Paulo César Coelho Abrantes
Universidade de Brasília

A Filosofia da Mente tem tido uma expansão tão rápida nas últimas décadas que, relativamente a outras áreas, poucas foram as tentativas de elaborar livros-texto com a finalidade de servir de apoio a professores e de introdução a estudantes, tanto de graduação quanto de pós-graduação. O alto grau de dinamismo da pesquisa em Filosofia da Mente talvez tenha dissuadido mais de um nessa tarefa, sem dúvida temerária, já que o risco de obsolescência de tais manuais é muito elevado, quando se trata de áreas em rápida expansão e com fundamentos ainda pouco estabelecidos. A extensão da bibliografia comentada de Chalmers dá uma idéia dessa produção, que aumenta geometricamente. Essa talvez seja a razão porque muitos dos livros utilizados no ensino de Filosofia da Mente são coletâneas de textos considerados clássicos, como a de Rosenthal (1991) ou a de Lycan (1990). Tais coletâneas são mais facilmente atualizáveis: basta incluir nas novas edições artigos mais recentes, excluir aqueles considerados ultrapassados pelo desenvolvimento das discussões, etc..

O livro de Kim pretende suprir essa carência de textos introdutórios e a avaliação que dele podemos fazer é muito positiva. Este é, provavelmente, o melhor manual disponível no momento com esse caráter. Ele é suficientemente abrangente para cobrir os principais temas e discussões na área. Há um cuidado especial em apresentar com clareza argumentos que apresentam grande dificuldade, fazendo farto uso de exemplos, e estabelecendo conexões entre os diversos tópicos, introduzindo o leitor à geografia contemporânea dessa área. Ao final de cada capítulo, Kim sugere leituras complementares de obras recentes, que são de grande ajuda a um leitor que se sente perdido diante de bibliografias exaustivas como a de Chalmers.

A Filosofia da Mente possui articulações com diversas outras áreas da Filosofia, como a Filosofia da Linguagem, a Epistemologia, a Filosofia da Ciência, a Metafísica, etc. Kim explora com muita propriedade e domínio várias dessas conexões. Tomando como exemplo a Filosofia da Ciência, Kim aborda temas centrais dessa área, como o problema dos termos teóricos, a redução inter-teórica, o debate em torno do realismo, modelos de explicação científica, entre outros.

Kim pretende que seu livro possa ser lido por pessoas sem formação filosófica. Na verdade, trata-se de um livro bastante técnico em muitas partes. Pela profundidade e detalhamento com que Kim discute diversas questões, seu livro pode também ser lido com proveito por alunos avançados de graduação e de pós-graduação. Especialistas também apreciarão a abrangência e as articulações que Kim estabelece entre temas diversos, em particular os discutidos nos últimos capítulos.

Nos primeiros 5 capítulos, o livro de Kim apresenta, com é de praxe, as principais posições a respeito do problema mente-corpo: behaviorismo, teoria da identidade e funcionalismo (tanto o funcionalismo de máquina quanto o funcionalismo causal-teórico).

Os 4 capítulos seguintes são menos convencionais, tratando dos temas da causalção mental, da consciência, do conteúdo mental e, concluindo o livro, Kim confronta os fisicalismos redutivo e não-redutivo.

As especificidades do livro de Kim podem ser melhor aquilatadas se o compararmos com uma introdução à Filosofia da Mente bastante conhecida, Mind and consciousness, escrita por Paul Churchland, e já em sua segunda edição (e diversas reimpressões de cada edição).

Em primeiro lugar, o livro de Kim apresenta as diversas abordagens e discussões da área de uma maneira mais equilibrada e de forma mais aprofundada que o livro de Churchland. Este último é por demais marcado pela perspectiva materialista-eliminativista do seu autor. Embora Kim não esconda suas preferências e a abordagem que privilegia, seu livro é muito mais generoso na apresentação da diversidade de posições, mesmo as adversárias, dedicando-lhes amplo espaço.

Um ponto mais substantivo, em torno do qual esses manuais se distinguem, refere-se à relação da Filosofia da Mente com o conhecimento produzido no âmbito das chamadas Ciências Cognitivas (um conglomerado de disciplinas que incluem, basicamente, a Psicologia, a Linguística, as Neurociências e a Inteligência Artificial). Churchland, em sintonia com o materialismo eliminativo que defende, dedica um capítulo de seu livro à Inteligência Artificial e outro aos resultados da pesquisa em Neurofisiologia (bastante ampliado, na edição revista, com uma discussão sobre conexionismo).

Não há nada semelhante no livro de Kim que, nesse tocante, é estritamente “filosófico”. Ele reconhece que o enorme desenvolvimento da Filosofia da Mente nas últimas décadas foi impulsionado e mesmo, no que se refere a certos temas, tributário do desenvolvimento das Ciências Cognitivas. Tais temas incluem o da representação mental, imagens mentais, aquisição de linguagem, a relação da Psicologia do senso comum (folk Psychology) com a Psicologia ‘científica’, além de conteúdo ligado aos fundamentos da Inteligência Artificial (conexionismo versus Inteligência Artificial tradicional). Porém, esta temática na qual a Filosofia da Mente está em continuidade com as ciências, não é abordada no seu livro. Dependendo das inclinações filosóficas do leitor, isso pode ser visto como uma limitação do livro de Kim, se comparado ao de Churchland. Outros verão nisso um ponto a favor de Kim.

As simpatias de Kim pendem, de forma clara, para um fisicalismo não-redutivo. Seu livro, embora introdutório, constitui um longo argumento a favor dessa posição. Isso pode, talvez, explicar a exclusão de conteúdos que são caros a Churchland. O conceito central que articula diversas discussões no livro de Kim é o de “superveniência”. É interessante assinalar, como forma de marcar a diferença de perspectiva que separa esses autores, que o conceito de superveniência não consta sequer do índice analítico de *Mind and consciousness*, mesmo na edição revista! Não há, tampouco, qualquer referência a Kim. O contrário não é verdadeiro: Kim cita o trabalho de Paul Churchland uma vez (em nota) mas não dedica nenhum espaço ao materialismo eliminativo. Isso talvez decorra da exclusão explícita por Kim de temáticas mais ligadas à Filosofia da Psicologia.

Kim é conhecido nos meios filosóficos sobretudo pelas suas análises do conceito de “superveniência”. É ele o responsável por este verbete no *A Companion to the Philosophy of Mind*, importante obra de referência na área, editada por Guttenplan (1995). A importância do conceito de superveniência nos debates contemporâneos em Filosofia da Mente pode dificilmente ser negada e isso se deve em grande parte às contribuições de Kim para tornar mais claro o conceito nas suas várias versões, e suas aplicações em vários contextos. Uma evidência disso é o livro recém-publicado de Chalmers, *The Conscious Mind*, que dedica um capítulo inteiro a essa noção, considerada por ele como “crucial” para a sua argumentação.

O conceito de superveniência é empregado em Filosofia da Mente em tentativas de articulação de um fisicalismo não-redutivo. Essa é uma perspectiva que rejeita o dualismo ao afirmar relações de covariância e de dependência entre o mental e o físico- sem, no entanto, admitir uma redução do mental ao físico. Este foi o propósito de Davidson ao introduzir esse conceito nas discussões contemporâneas na área, construindo a posição conhecida como “monismo anômalo”. O uso filosófico deste conceito parece, contudo, ser anterior, tendo surgido em Filosofia Moral. Kim apresenta essa história do conceito tanto no seu artigo de 1993 (p. 132) quanto no seu verbete em Guttenplan (1995, p. 576). Relações de superveniência também são invocadas em outras áreas, onde coloca-se a questão de como relacionar níveis numa hierarquia de entidades ou de propriedades (como é o caso, por exemplo, em Filosofia da Biologia).

Modalidades mais fortes do fisicalismo implicam a redução do mental ao físico ou a identidade do mental e do físico. Filósofos com tendências naturalistas ou fisicalistas de tipo forte consideram o conceito de ‘superveniência’ bastante suspeito, por parecer ressuscitar, com uma nova roupagem, posições consideradas problemáticas como o epifenomenalismo, o emergentismo, etc..

Uma das críticas ao conceito de superveniência é a de que ele conduz a aceitar relações, por exemplo, entre o mental e o físico, enquanto fatos brutos, não passíveis de serem por sua vez explicados. Schiffer, por exemplo, referindo-se à suposta relação de superveniência entre propriedades morais e físicas, mostra-se surpreso que a “relação metafísica” de superveniência, que “acrescenta mistérios a mistérios, encobrendo uma passagem obscurantista com outra passagem obscurantista”, seja hoje em dia considerada como “uma solução naturalista aceitável para o problema mente-corpo” (apud Kim, 1993, p. 156).

Kim esforça-se, contudo, por mostrar que o emprego da noção de superveniência não constitui um obstáculo à explicação, apontando para diversas alternativas explicativas, incluindo a que se apóia na transitividade da relação de superveniência (Ibid. p. 157).

De todo modo, a superveniência é um conceito eminentemente filosófico, como sugere o título do artigo de Kim de 1993, que não pretende contribuir para a tarefa explicativa que é própria da ciência. Devemos perguntar-nos, mais apropriadamente, em que medida o conceito de superveniência contribui para a formulação de problemas filosóficos e abre caminho para a sua solução. O livro de Kim, embora introdutório,

permite-nos acompanhar as vicissitudes desse conceito, ao vê-lo aplicado na análise de posições e argumentos nas mais diversas frentes de pesquisa em Filosofia da Mente. No que se segue, o conceito de superveniência servirá como um fio condutor na apresentação mais detalhada de alguns dos temas que Kim discute em seu livro.

Já na sua “Introdução”, Kim caracteriza a posição que ele chama de fisicalismo mínimo, com base em três princípios, o mais central sendo o princípio da superveniência do mental ao (sobre o?) físico, que define nos seguintes termos: “indiscernibilidade física implica em indiscernibilidade psicológica; ou, equivalentemente, nenhuma diferença mental sem diferença física”. A idéia básica é de que, quando fixamos as propriedades físicas, automaticamente são fixadas as propriedades mentais, não havendo margem para a variação destas. O princípio evidentemente não exige o contrário, ou seja, a determinação inversa de propriedades físicas a partir de propriedades mentais.

A partir dessa definição básica, o princípio de superveniência pode ser formulado de forma mais fraca ou mais forte. Assim, de um lado, a ‘indiscernibilidade’ pode aplicar-se a indivíduos num mundo ou em diferentes mundos possíveis (superveniência local) ou aplicar-se a distribuições de propriedades físicas e mentais em diferentes mundos possíveis, considerados globalmente (superveniência global), não comparando indivíduos nesses mundos. A superveniência local implica a global, mas não o contrário. Por outro lado, o modo como especificamos a noção de ‘possibilidade’, se lógica ou nomologicamente pode, por sua vez, gerar variantes dos princípios anteriores.

Numa exposição da teoria da identidade mente-corpo, o princípio de superveniência do mental ao físico pode ser usado para comparar as posições conhecidas como token e type physicalism (que poderíamos tentar traduzir, respectivamente, por “fisicalismo de instância” e “fisicalismo de tipo” ou “fisicalismo de espécie”).

O “fisicalismo de instância” é definido por Kim nos seguintes termos:

“Todo evento que é uma instância de um tipo de evento mental também é uma instância de um tipo de evento físico (ou, em outras palavras, todo evento que possui uma propriedade mental possui também alguma propriedade física)” (1996, p. 59).

Esta posição não pressupõe que haja uma correlação entre propriedades mentais e físicas, e portanto pode valer mesmo se não há superveniência do mental ao físico. Em outras palavras, dois eventos ou propriedades mentais de um mesmo tipo podem estar, cada um, correlacionados a eventos ou propriedades físicas de tipos diferentes. Nesse sentido, o ‘fisicalismo de instância’ não é uma doutrina fisicalista (se o princípio de superveniência define um fisicalismo mínimo, como defende Kim). A superveniência do mental ao físico pressupõe, de fato, uma correlação entre propriedades físicas e mentais (e, mais que uma simples correlação, uma determinação do mental pelo físico).

A teoria da identidade mente-corpo pressupõe um “fisicalismo de tipo”:

“Tipos de eventos mentais são tipos de eventos físicos; em outras palavras, propriedades mentais são propriedades físicas” (Ibid., p. 59).

O “fiscalismo de tipo” é, portanto, uma posição reducionista: não há propriedades mentais além e distintas de propriedades físicas. Tais propriedades são, na verdade, identificadas. A superveniência do mental ao físico caracteriza, portanto, uma posição que é mais forte do que o “fiscalismo de instância”, porém mais fraca do que o “fiscalismo de tipo”.

O Funcionalismo admite, como uma das suas teses centrais, a possibilidade de uma múltipla instanciação física de estados mentais. O princípio de superveniência do mental ao físico é compatível com essa múltipla instanciação, já que, como assinalamos acima, ele claramente não requer que dois estados mentais indistinguíveis sejam instanciados por estados físicos também indistinguíveis. Portanto, o funcionalismo parece pressupor a superveniência do mental ao físico, em alguma das suas variantes, como explicita Kim no seu verbete de 1995 (p. 581). No livro que estamos resenhando, o princípio de superveniência não é mencionado na apresentação inicial do funcionalismo, nos capítulos 4 e 5, mas é evocado na análise de problemas enfrentados pelo funcionalismo na questão da causação mental (tema do capítulo 6).

As dificuldades resultam da tese, aceita pelo funcionalismo, de que as propriedades mentais são de segunda-ordem com respeito às propriedades físicas que as realizam. Teses análogas são aceitas pelas diversas posições anti-reducionistas, que rejeitam a tese de que só há no mundo eventos e propriedades físicas e defendem, ao contrário, que certos sistemas complexos têm propriedades irreduzíveis a uma base física. Mas nessa perspectiva anti-reducionista, eventos de alto-nível (ou num macronível) teriam poderes causais? Em particular, no caso de um evento mental, como uma dor, ele causaria outros eventos mentais e, eventualmente, de forma descendente, eventos no nível físico?

O problema que Kim enfrenta é, portanto, o de defender um fiscalismo robusto-que pressupõe o fechamento causal do domínio físico- sem, no entanto, cair no reducionismo. Ele discute três modelos de causação mental, sendo um deles o de causação superveniente. Este modelo é cuidadosamente distinguido do modelo epifenomenalista. O modelo superveniente admite, por um lado, que haja causação num macronível, mas que essa causação é superveniente à causação no micronível, isto é, no nível físico. Ou seja, eventos no macronível possuem, nesse modelo, poder causal. Por outro lado, esse modelo rejeita a idéia, implícita no epifenomenalismo, de que eventos mentais são causados por eventos físicos. Como, no caso de uma dor, ela seria hipoteticamente causada pela estimulação da fibra C.

O modelo de causação superveniente é, portanto, distinto do modelo epifenomenalista e mantém-se fiscalista em sua perspectiva por fazer, assim mesmo, depender a causação no macronível da causação no micronível. Kim faz-nos ver, no capítulo que dedica ao tema da redução (capítulo 9), que esse é um resultado que o emergentista, por exemplo, dificilmente aceitaria. Para o emergentista, a partir do momento que as propriedades no macronível ‘emergem’, os eventos nesse nível passam a ter um poder causal autônomo, e não derivado dos poderes causais dos eventos no micronível, como é o caso na causação superveniente.

Uma dificuldade com a relação de superveniência surge na discussão sobre ‘conteúdo mental’ (capítulo 8), que distingue estados intencionais com “conteúdo amplo” daqueles que têm conteúdo “restrito” (wide and narrow content). Os estados mentais com conteúdo amplo não supervêm aos estados neurofisiológicos do sujeito, mas dependem de um estado de coisas externo ao sujeito (objetos e/ou eventos no mundo). A inaplicabilidade da relação de superveniência nesses casos pode ser contornada ampliando-se a base superveniente de modo a incluir estados físicos externos ao sujeito.

Outro tipo de estado mental que não parece supervir a estados físicos são os chamados estados ‘fenomênicos’, ou estados mentais que têm qualia, associados por Kim de forma direta à natureza da consciência. Esse assunto é abordado no capítulo 7, onde coloca a questão de se a consciência supervêm a eventos/propriedades físicas. Argumentos como o de Kripke- de que são concebíveis mundos fisicamente indistinguíveis do nosso, mas onde não haja estados fenomênicos (argumento pela ausência de qualia)- ou argumentos que apontam para a possibilidade de inversão de qualia, foram usados como evidências de que os qualia não supervêm às propriedades físicas.

Diante de tais argumentos, o fisicalista tem duas opções: negar a existência dos qualia, ou tentar acomodá-los ao seu quadro de mundo. A solução de negar a existência dos qualia adotada por alguns fisicalistas (chamada de eliminativismo ou niilismo de qualia) é, segundo Kim, quixotesca. É impossível negar, segundo êle, que exista a minha experiência subjetiva qualitativa de dor, de cor, etc.

Adotar uma versão fraca da relação de superveniência seria uma forma de acomodação. O fisicalista pode admitir que os qualia não supervêm às propriedades físicas por necessidade metafísica, mas unicamente por necessidade física. Ou seja, o fisicalista pode admitir que são concebíveis mundos em que, por exemplo, a estimulação da fibra C não esteja acompanhada de dor. Ou então, mundos em que haja inversão de qualia. Porém, o fisicalista pode continuar defendendo que em mundos suficientemente próximos ao nosso, tais coisas não são possíveis. Só devemos levar em conta, nessa versão fraca da superveniência, mundos nomologicamente possíveis (cf. distinção feita acima entre as variantes lógica e nomológica da superveniência).

O fisicalismo nomológico é um fisicalismo mais fraco do que o fisicalismo metafísico. O primeiro é mais restritivo do que o último, já que só se refere a mundos nomologicamente possíveis (e não a qualquer mundo concebível de forma consistente). A tese da superveniência nomológica dos qualia pode ser formulada da seguinte maneira:

“Para cada propriedade fenomênica P, toda vez que algum organismo X instancia P existe uma propriedade física/biológica B tal que X instancia B nesse momento. É uma lei da natureza (vale por necessidade nomológica) que toda vez que algum organismo Y instancia B, Y instancia P nesse momento” (Kim, 1996, p. 173).

Pode-se, entretanto, solicitar adicionalmente uma explicação de tais leis. Por que elas são válidas para organismos com uma particular constituição biológica em nosso mundo.? Embora Kim considere pertinentes tais questões, adverte que explicações para tais leis dificilmente podem ser oferecidas no atual estágio do nosso conhecimento. Entretanto, o problema científico da consciência deve ser distinguido, segundo Kim, do correspondente

problema filosófico. Por mais que a ciência descubra “os mecanismos neurais da consciência”, o “mistério do caráter fenomênico da consciência” manter-se-á, segundo ele, intacto (Ibid., p.177). Em particular, ele não acredita que o desenvolvimento da neurofisiologia venha a esclarecer por que, dentre as várias correlações possíveis entre qualia e estados cerebrais, algumas ocorrem e não outras. Ou, esclarecer a questão, mais fundamental, de por que, num mundo essencialmente físico, existe algo como a consciência fenomênica.

Nada mais distante do otimismo de P. Churchland com respeito a uma explicação neurofisiológica dos qualia: “... a neurociência está reconstruindo, de modo sistemático e revelador, as várias características de, e relações entre, nossos qualia sensoriais subjetivos” (1988, p. 149). Ele chega mesmo a admitir que finalmente a teoria da identidade venha a se mostrar a alternativa mais correta e, à semelhança de identificações que os físicos do séc. XIX fizeram, por exemplo, da luz com uma onda eletromagnética, a neurofisiologia poderá vir a identificar os qualia com “um conjunto de níveis de estimulação nos canais sensoriais apropriados” (Ibid. id.). Poderemos então redescrever nossa ‘vida interior’- continua Churchland- a partir do “quadro conceitual de uma neurociência desenvolvida...” (Ibid., p. 179).

Kim, como vimos, não é simpático a tais posições reducionistas. Ele chega a admitir que há uma ‘similaridade marcante’ entre emergência e superveniência, o primeiro conceito incluindo as várias dimensões do conceito de superveniência: covariância, dependência e não-redução (1995, p. 576). Os emergentistas, ao fim e ao cabo, talvez tenham razão, no que se refere à emergência da consciência a partir de processos biológicos: as correlações entre propriedades neurais e propriedades fenomênicas qualitativas talvez devam ser consideradas fatos brutos, sem possibilidade de serem adicionalmente explicados.

Porém, uma análise mais detida da relação de superveniência pode, na verdade, mostrar-se compatível com o reducionismo. Kim distingue, no último capítulo do livro, intitulado “Fisicalismo redutivo e não-redutivo”, as diversas versões do princípio de superveniência e investiga as relações lógicas entre tais princípios. Embora Kim volte a mencionar as credenciais da superveniência como uma relação que compatibiliza fisicalismo e não- reducionismo, ele admite que essa questão não está resolvida e que certas variantes do princípio da superveniência podem, no final das contas, ser compatíveis com o reducionismo. Aqueles que são refratários ao reducionismo teriam que apelar para uma forma mais fraca de superveniência: a superveniência global. Porém, Kim mostra que mesmo a superveniência global pode não estar livre de implicações reducionistas.

BIBLIOGRAFIA

Chalmers, D.J. *The conscious mind: in search of a fundamental theory*. Oxford: Oxford UP, 1996.

_____. Bibliografia comentada de Filosofia da Mente. Pode ser encontrada, por exemplo, na web-page da American Philosophical Association.

Churchland, P. *Mind and consciousness*. Cambridge (MA): MIT Press, 1984. Edição revista, 1988.

Guttenplan, S. (ed.) *A Companion to the Philosophy of Mind*. Oxford: Blackwell, 1995.

Kim, J. Supervenience as a philosophical concept. In: Kim, J. *Supervenience and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Lycan, W.W.G. (ed.) *Mind and cognition*. Oxford: Blackwell, 1990.

Rosenthal, D. (ed.) *The nature of mind*. NY: Oxford UP, 1991.